



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/PE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 29068973/2023-NTI/SR/PF/PE

Modelo conforme Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras - Atualização: julho/2021

C/C Modelo de Termo de Referência da SGD/ME

Processo nº 08200.009389/2020-66

PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2023/SR/PF/PE
(Processo Administrativo nº 08200.009389/2020-66)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual e futura **aquisição de Servidores de armazenamento para as Unidades da Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Drogas, Armas e Facções Criminosas (CGPRE), Divisão de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC), Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) e Delegacias Descentralizadas de PE**, considerando o que consta Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) da Polícia Federal 2022-2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Tabela 1: Descrição e

Quantitativo.

Grupo	Item	Descrição	CATMAT	Quantidade (unidade)	Valor de Referência (valor máximo admissível)	
					Unitário	Total
1	1	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para storage) TIPO I, <u>incluída a instalação.</u>	481693	68	R\$ 116.983,36	R\$ 7.954.868,48
	2	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para storage) TIPO II, <u>incluída a instalação.</u>	481693	24	R\$ 139.127,51	R\$ 3.339.060,24

	3	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para storage) TIPO III, <u>incluída a instalação.</u>	481693	26	R\$ 250.589,30	R\$ 6.515.321,80
-	4	Rack de piso para servidor 40U 19", <u>incluída a instalação.</u>	415162	59	R\$ 12.833,42	R\$ 757.171,78
-	5	No-break de 3KVA para uso em bastidores de rack 19", <u>dispensada a instalação.</u>	479840	122	R\$ 10.034,30	R\$ 1.224.184,60
Valor Total Estimado					R\$ 19.790.606,90 (dezenove milhões, setecentos e noventa mil, seiscentos e seis reais e noventa centavos.).	

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos participantes.

Órgão Gerenciador: Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (UASG 200398)

Item	Descrição	Unidade de Medida	Requisição		Quantidade Total
			mínima	máxima	
1	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para <i>storage</i>) TIPO I	unidade	1	10	10
2	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para <i>storage</i>) TIPO II		1	04	04
3	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para <i>storage</i>) TIPO III		1	02	02
4	Rack de piso para servidor 40U 19"		1	08	08

5	No-break de 3KVA para uso em bastidores de <i>rack</i> 19",		1	20	20
---	---	--	---	----	----

Órgão Participante: Coordenação Geral de Administração (UASG 200334) – Demanda CGPRE					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Requisição		Quantidade Total
			mínima	máxima	
1	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para <i>storage</i>) TIPO I	unidade	2	56	56
2	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para <i>storage</i>) TIPO II		2	20	20
3	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para <i>storage</i>) TIPO III		2	24	24
4	<i>Rack</i> de piso para servidor 40U 19"		2	50	50
5	No-break de 3KVA para uso em bastidores de <i>rack</i> 19",		2	100	100

Órgão Participante: Coordenação Geral de Administração (UASG 200334) – Demanda DRCC					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Requisição		Quantidade Total
			mínima	máxima	
1	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para <i>storage</i>) TIPO I		1	2	02

2	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para <i>storage</i>) TIPO II	unidade	0	0	0
3	Solução de Armazenamento e Processamento (Servidor para <i>storage</i>) TIPO III		0	0	0
4	<i>Rack</i> de piso para servidor 40U 19"		1	1	1
5	No-break de 3KVA para uso em bastidores de <i>rack</i> 19",		1	2	2

1.2. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses** contados da data da sua assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. DO AGRUPAMENTO DE ITENS, DA NÃO PREVISÃO DE COTAS RESERVADAS PARA ME/EPPS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

2.1. **Do agrupamento dos itens (1, 2 e 3):** Os itens 1, 2 e 3 (Storages) foram reunidos em um grupo, conforme a Tabela 1. A solução em epígrafe trata-se de sistema com tecnologia avançada e complexa, que demanda gestão integrada, a ser realizada pelo próprio fornecedor/fabricante dos equipamentos, garantindo-se, dessa forma, uma perfeita padronização, integração e seu perfeito funcionamento. Evita-se assim que, caso determinado sistema de servidor não funcione, o fornecedor/fabricante dos equipamentos responsabilize o outro fabricante ou o prestador de serviço pela má instalação ou, vice-versa, que o prestador de serviço de instalação alegue que determinado equipamento fornecido estivesse com defeito antes da instalação. É importante ressaltar ainda que, em qualquer integração, os equipamentos perdem a garantia do fabricante se não forem instalados por representante autorizado. Portanto, é evidente que os itens (1, 2 e 3) possuem interdependência entre si e fazem parte de um conjunto integrado de TIC.

2.1.1. Conforme dito anteriormente, a solução de TIC para o grupo I não foi parcelada, pois é técnica e economicamente inviável, já que a divisão do objeto ocasionaria prejuízo para o conjunto da Solução. Sabe-se que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, apesar da inviabilidade do parcelamento, a competitividade não se mostrará prejudicada, visto que se trata de uma Solução de TI fornecida por várias empresas no mercado nacional.

2.1.2. Já os itens 4 e 5 não precisam ser agrupados, visto que poderão ser adquiridos separadamente, pois não possuem dependência direta com a Solução Tecnológica. A aquisição individual desses itens amplia a competitividade, já que há empresas que fornecem apenas esses tipos de equipamentos, mas não fornecem necessariamente Storages.

2.2. **Das cotas reservadas para ME/EPP:** Os equipamentos a serem adquiridos pela Administração serão utilizados para aumentar a capacidade de armazenamento dos dados das investigações policiais e que por força da legislação carecem de intenso treinamento e estudo profundo de procedimentos operacionais padrão, protocolos e manuais. Assim, com a reserva de cotas, corre-se o risco de impor uma heterogeneidade ao objeto, dificultando padronização de procedimentos, capacitação e emprego. A complexidade de gestão técnica da solução com capilaridade nacional de implantação, os acordos de níveis de serviços exigidos, a necessidade de padronização do parque computacional da PF, as políticas de segurança institucional e o gerenciamento remoto da solução justificam a não aplicação do Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006, incisos I e III, e encontram respaldo no Artigo 49, inciso III da referida Lei. Portanto, nota-se que a reserva de cotas representaria prejuízo a uniformidade dos

equipamentos e a possibilidade de livre remanejamento temporário dos equipamentos entre as unidades no âmbito do órgão, de acordo com demandas pontuais, sem ônus operacionais decorrentes de variações entre modelos.

2.2.1. Além disso, inviabilizaria a participação de fabricantes e distribuidores autorizados, já que muitos desses são empresas de médio e grande porte. Sendo assim, uma ME/EPP pode até fornecer alguns dos equipamentos listados, mas jamais alcançaria o preço de um fabricante ou distribuidor autorizado, pois agregam diversos outros custos, tais como: tributos, transporte, lucros, etc. Ademais, quando se estabelece a cota reservada para ME/EPPs, consequentemente há redução na quantidade dos itens, o que eleva o valor ofertado, ocasionando prejuízo financeiro ao órgão, em razão da perda na economia de escala. Ressalta-se que quando o item é licitado em ampla participação, todas as empresas podem participar, inclusive as que são enquadradas como ME/EPPs, gozando da preferência no empate “ficto” para propostas iguais ou até cinco por cento superiores ao menor preço.

2.2.2. Diante do exposto, verifica-se que esta Administração, sopesando entre o tratamento diferenciado para as ME/EPPs, que não é absoluto, e a obtenção de preços mais vantajosos, prezou por este último, inclusive com ganho na economia de escala.

“Art. 8º. Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte”

2.2.3. Pelos motivos elencados anteriormente, as áreas demandantes desta licitação, optam por não reservar a cota para ME/EPP, entendendo que não é vantajoso para a administração, representando risco e prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cito:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Do direito de preferência: Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 5º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010. Não haverá aplicação da margem de preferência prevista no art. 3º, da Lei nº 8.248, de 1991, visto que não há Decreto vigente para o objeto em epígrafe, conforme consulta (<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/mdic/competitividade-industrial/margem-de-preferencia-nas-compras-publicas/legislacao-sobre-margem-de-preferencia>). Ademais, o Sistema *Compras.gov* não permite a ativação do benefício em itens que estão agrupados e, por também por esse motivo, não foi habilitado nesse Sistema, conforme mensagem apresentada: “Não é permitido utilizar o tratamento do Decreto 7174/2010 e Grupo por Preço Global no mesmo item.”

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, **além do descrito abaixo:**

3.2. Contextualização e Justificativa da Contratação:

3.2.1. O volume, a variedade e a velocidade de dados gerados no mundo de hoje são impressionantes. Segundo o Gartner, 2,2 milhões de *terabytes* de novos dados são criados todos os dias no mundo. Para ilustrar o problema, no caso específico da Polícia Federal, somente nas diversas fases da Operação Lava Jato, o volume de informações produzido até janeiro de 2017, quando haviam sido deflagradas 37 fases desde a primeira, em março de 2014, era de 1,2 mil *terabytes* (1,2 *petabytes*). Esse

volume é o equivalente ao encontrado em 250 milhões de livros digitalizados. Se as folhas de papel fossem empilhadas, a altura da pilha alcançaria cerca de 12.500 Km (Figura 1 - ETP);

3.2.2. Relatório da IDC (International Data Corporation), provedor global de MI (*Market Intelligence*), publicado em março de 2021, mostra que a criação de dados no mundo e sua replicação crescerá a uma taxa maior que a capacidade de storage instalada (<https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS47560321>);

3.2.3. A Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Drogas, Armas e Facções Criminosas (CGPRE) da Polícia Federal conta atualmente com treze 20 (vinte) unidades, entre Bases e Forças Tarefas, no Brasil para investigação e análise que se encontram em situação crítica em relação ao armazenamento de dados (*storage*);

3.2.4. Levantamento realizado através de questionário para identificar as necessidades de *storage* de cada unidade, prevendo-se o crescimento para os próximos 5 anos, apresentou os resultados compilados no Item 8 do ETP.

3.2.5. Destaca-se como descrito no item 8.7.2 do ETP a oportunidade para aquisição parcelada visando a criação de novas unidades de Investigação trazidas no Despacho SEI 30659378 (documentos em anexo -30742936 e 30655168), sendo compilado os quantitativos atualizados a serem licitados constantes na Tabela 4.

3.2.6. O estudo indicou ainda que as unidades não possuem rede estabilizada e necessitam de *no-breaks* para garantir a estabilização e o desligamento dos equipamentos de forma segura;

3.2.7. Necessidade análoga tem a Divisão de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC) da Polícia Federal que, em processo distinto (SEI 08200.015947/2020-22) levanta a importância de "adquirir *storage* mais robusto para armazenamento dos dados das investigações sensíveis", ação A192 listada no PDTIC 2021-2023 (Tabela 1). Por questões de economicidade pelo aumento de volume e concorrência, e redução de custos administrativos, o presente processo passa a englobar o objeto do referido processo que previa a aquisição de um único, mas robusto servidor de rede para armazenamento do tipo *storage*, com capacidade compatível com a aquisição pretendida.

3.3. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ID	NECESSIDADE DE TIC	ID	AÇÃO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Objetivo Estratégico 1 Prestar serviços de TIC de acordo com as necessidades das áreas de negócio e dos usuários	N60	Equipamentos para demandas que exigem grande quantidade de dados relacionadas à extração de dados de aparelhos apreendidos, mídias e nuvens.	A65	Adquirir <i>storages</i> com alta capacidade de armazenamento adequadas ao volume de dados necessário às atividades da CGPRE/DICOR/PF e suas projeções.	CGPRE/DICOR/PF
Objetivo Estratégico 9 Garantir	N136	Aumento do Storage da unidade	A192	Adquirir <i>storage</i> mais robusto para armazenamento dos dados das investigações sensíveis	DRCC/CGPFAZ/DICOR

OBJETIVO de CONTINUIDADE e disponibilidade de SERVIÇO ESTRATÉGICO	ID	NECESSIDADE DE TIC	ID	AÇÃO	UNIDADE RESPONSÁVEL
	N123	Ampliação da capacidade de armazenamento de dados	A169	Adquirir equipamentos para armazenamento de dados (<i>storage</i>)	Unidade demandante (NTI/SR/PF/PE)

3.4. A previsão das contratações de TIC no Plano de Contratações Anual (PCA) encontra-se registrada nos itens 2.11 e 2.12 do ETP.;

3.5. Estimativa da demanda

3.5.1. Para o cálculo da quantidade de discos definiu-se HDs SAS com capacidade de armazenamento de 12TB (terabytes). Com base no estudo de necessidades realizado em cada unidade demandante auxiliado pela calculadora de capacidade de RAID no sítio da Seagate (<https://www.seagate.com/br/pt/internal-hard-drives/raid-calculator/>), chega-se ao quantitativo necessário conforme Tabela 4 do Estudo Técnico Preliminar.

3.6. Parcelamento da Solução de TIC

3.6.1. Conforme justificado no item anterior, é inviável tecnicamente o parcelamento da Solução. É importante que o objeto esteja alinhado com as melhores práticas de mercado e com o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - Riscos e Controles para o Planejamento da Contratação - versão 1.0.

3.6.2. Sob o ponto de vista da gestão de TIC, o não parcelamento, agrega diversos benefícios, tais como: a simplificação da coordenação das atividades; a minimização de potenciais conflitos internos entre diferentes equipamentos; a possibilidade de adoção de níveis mínimos de serviço e de indicadores chave de desempenho que garantam globalmente a qualidade dos materiais; e, por fim, a facilidade da gestão contratual.

3.7. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.7.1. A Tabela 5 sintetiza os resultados e benefícios esperados com a contratação do objeto nos moldes propostos neste Termo de Referência:

Tabela 5: Resultados e Benefícios esperados com a contratação

ID	Resultados e Benefícios esperados
1	Atender ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2022-2023 da Polícia Federal;
2	Aumentar a eficiência das atividades policiais da PF através do uso de análise automatizada dos dados que serão armazenados nos <i>storages</i> espalhados pelas unidades da PF, no Brasil;
3	Melhorar a experiência dos policiais no uso dos serviços de TIC da PF;
4	Prover recursos computacionais necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades laborais e à continuidade dos serviços desenvolvidos. Essa funcionalidade está ligada ao princípio da Continuidade do Serviço Público, segundo o qual o Estado, na qualidade de detentor dos bens e interesses públicos, não pode parar, caso contrário estaria deixando de defender ou representar a coletividade;
5	Diminuir os tempos de realização dos trabalhos, melhorando as atividades de análise dos dados armazenados em <i>storage</i> ; e
6	Atender às necessidades da Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Drogas, Armas e Facções Criminosas (CGPRE) e da Divisão de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. Com a finalidade de acrescentar maiores detalhes ao ETP, seguem descrições complementares:

4.1.1. A Solução abarca a contratação de servidores de alta capacidade de armazenamento (storage SAN-Storage Area Network), podendo ser configurada em NAS-Network Attached Storage) em infraestrutura hiper convergente (com software de virtualização instalado), conforme solução estudada no ETP.

4.1.1.1. A solução escolhida é a SAN, sem uso de fibra ótica, o que encareceria muito a solução. Utiliza-se o protocolo iSCSI (Internet Small Computer System Interface), que não necessita de infraestrutura especializada e dedicada, podendo funcionar sobre uma rede IP convencional. Para maior velocidade, os equipamentos serão instalados em um único rack e interligados através de cabos de conexão direta de cobre (DAC) capazes de transmitir e receber a taxa de 10Gb/s.

4.1.1.2. Além disso, em vez de simplesmente adquirir-se array de *storage*, resolveu-se adquirir o que se denomina infraestrutura hiper convergente, que combina armazenamento (*storage*), computação e redes em um único sistema. Essa plataforma inclui um software para computação virtualizada, armazenamento definido por software e rede virtualizada, ou seja, cria-se desktops virtuais com armazenamento virtual e rede virtual de acordo com a necessidade dos usuários, quando e enquanto os usuários necessitarem.

4.1.1.3. Essa solução permite até que um usuário de determinada unidade da Polícia Federal acesse o ambiente do servidor tipo *storage* através de um desktop virtual criado num servidor de outra unidade e rodar determinada aplicação da Polícia Federal nesse desktop, quando necessário.

4.1.1.4. Todas as atividades devem estar de acordo com as especificações e melhores práticas dos fabricantes dos equipamentos/software e com as recomendações de organizações padronizadoras do segmento; desde que não entrem em conflito com os padrões, procedimentos e a documentação já definida pelo CONTRATANTE.

4.1.1.5. A CONTRATADA deverá efetuar a transferência de conhecimento para o CONTRATANTE de todos os novos serviços implantados;

4.1.1.6. Maiores detalhes acerca da descrição da solução encontram-se no Estudo Técnico Preliminar, anexo ao processo de contratação.

4.1.2. **Além do fornecimento dos equipamentos e materiais, a CONTRATADA ficará responsável por toda a instalação e configuração desses equipamentos (itens 1,2,3 e 4) , ou seja, a contratada deverá entregar os equipamentos instalados e configurados em plenas condições de funcionamento.**

4.1.3. A CONTRATADA ficará responsável por todo suporte em garantia de hardware por um período mínimo de **5 (cinco) anos, no caso do Grupo 1.**

4.1.4. Os equipamentos (Storages) não virão com sistema operacional nem qualquer outro software de aplicação, visto que o órgão já possui sistema operacional padrão.

4.1.5. **Para os itens 1, 2, 3 (Servidor de Storage), serão aceitos atestados referentes ao fornecimento de equipamentos do tipo servidor para instalação em rack, em quantidade mínima de 10% (dez por centos) da quantidade total, podendo somar diferentes atestados de capacidade técnica. Deve constar dos atestados o cumprimento do prazo contratado relativo ao respectivo fornecimento.**

4.1.6. **Para os itens 1, 2 e 3, em relação ao quantitativo mínimo exigido na soma dos atestados descritos no item anterior, será contabilizado como 01 (um) servidor cada unidade de equipamento físico capaz de executar diretamente sobre o hardware uma instância de sistema operacional (“bare-metal server”), não sendo considerados para o cálculo a possibilidade de execução de múltiplos “servidores virtuais” sobre o mesmo hardware por meio de técnicas de virtualização. Em caso de servidores de alta densidade, como os especificados, será contabilizado como 01 (um) servidor cada nó constituído de equipamento físico capaz de executar diretamente sobre o hardware uma instância de sistema operacional (“bare-metal server”). Por exemplo, um servidor de alta densidade com 4 (quatro) nós, cada nó com dois processadores do tipo Intel Xeon ou**

equivalente e no mínimo 64 GB de memória RAM, será contabilizado como 4 (quatro) servidores.

4.1.7. Para os demais itens (4 e 5) serão aceitos atestados que comprovem a entrega de equipamentos similares em termo de qualidade e quantidade, não havendo a necessidade de quantitativo mínimo. A exigência de quantitativo mínimo é cabível apenas para os itens de maior relevância da Solução (os Storages).

4.1.8. O trabalho de substituição de componente deverá ser realizado nos locais em que os equipamentos forem entregues e instalados, conforme endereços relacionados no Anexo II deste documento. Havendo necessidade de remoção do equipamento ou envio de peça defeituosa, as despesas de transporte, seguros e embalagens correrão por conta da Contratada. A eventual entrega de componente em local distinto do local de instalação deve ser expressamente autorizada pela Contratante.

4.1.9. **Requisitos Gerais**

4.1.9.1. A contratação deverá atender a todos os requisitos gerais dispostos na Tabela 6:

Tabela 6: Requisitos gerais para a contratação.

IDENTIFICADOR		REQUISITO
Requisitos de Negócio	RNE1	Ampliação do parque de equipamentos de informática das unidades da SR/PF/PE, CGPRE e da DRCC, a fim de aumentar a capacidade de armazenamento de dados.
	RNE2	Disponibilizar meios para manutenção de equipamentos de informática, visando melhor aproveitamento dos recursos e extensão da vida útil de alguns equipamentos, melhorando as condições para execução das atividades de atribuição das unidades da SR/PF/PE, CGPRE e da DRCC.
	RNE3	Cumprir níveis mínimos de serviço e propiciar aumento da disponibilidade dos sistemas e serviços.
	RNE4	Contribuir na prospecção de novas tecnologias.
	RNE5	Entregar os bens em conformidade com as melhores práticas de mercado e de governo.
	RNE6	Apoiar a manutenção e melhoria contínua dos mecanismos de segurança da informação.
Requisitos de Capacitação	RCA1	Deve ser previsto treinamento do pessoal de TI para configuração e gerenciamento dos equipamentos.
	RCA2	Deve ser previsto treinamento básico aos usuários para uso dos recursos.
	RLE1	Durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter as condições e os critérios técnicos de habilitação, conforme disposição legal.

IDENTIFICADOR		REQUISITO
Requisitos Legais		
	RLE2	A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos legais estabelecidos em CONTRATO, bem como os requisitos técnicos descritos no Termo de Referência e seus respectivos anexos.
	RLE3	A contratação deve seguir as determinações da Lei 8.666/1993, IN SGD/ME 01, de 4 de abril de 2019, com todas as orientações e modelos propostos.
	RLE4	Observar o Guia de boas práticas, orientações e vedações para contratação de ativos de TIC Versão4, do SISP.
	RLE5	Atender às Normas da ABNT.
Requisitos de de Manutenção	RMA1	Deve ser previsto a garantia sobre todos os itens adquiridos, a fim de manter a operação dos sistemas;
	RMA2	Deve ser previsto e discutido com a área de TIC os recursos de rede para evitar problemas na implantação.
Requisitos de de Temporais	RTP1	A CONTRATADA deverá cumprir os prazos previstos, inclusive os descritos neste Termo de Referência, respeitando os prazos máximos estabelecidos e zelando pelo cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço Exigidos.
	RTP2	Devem ser criados cronogramas de execução, com acompanhamento de todas as fases, e com distribuição das responsabilidades.
	RSI1	Os serviços de instalação e suporte deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes de Governo relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, em especial a Instrução Normativa nº 01-GSI/PR e suas normas complementares, bem como a todos os normativos internos do CONTRATANTE que tratam do assunto, tais como a Política de Segurança da Informação da Polícia Federal.

IDENTIFICADOR		REQUISITO
Requisitos de Segurança da Informação	RSI2	A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus funcionários, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança definidos na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE – inclusive, caso oportuno, com a assinatura de termo apropriado de responsabilidade e manutenção de sigilo.
	RSI3	Todas as informações as quais a CONTRATADA tiver acesso em função do cumprimento do objeto deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada sua reprodução, utilização ou divulgação a terceiros.
	RSI4	Os representantes, empregados e colaboradores da CONTRATADA deverão zelar pela manutenção do sigilo absoluto de dados, informações, documentos e especificações técnicas, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados.
	RSI6	Deve ser previsto que os equipamentos e softwares estejam de acordo com os melhores protocolos de segurança, que sejam robustos, e de fácil manutenção e operação.
	RSI7	Durante o projeto deve ser observado as regras de segurança da PF, evitando acesso não autorizado a terceiros.
Requisitos Sociais	RSO1	Os equipamentos adquiridos devem ter manuais Português BR ou inglês.
	RSO2	Os equipamentos adquiridos, devem ter nível de ruído em conformidade com as normas vigentes para evitar desconforto aos usuários.
	RSO4	Os equipamentos devem obedecer a especificações referentes a segurança ambiental em observação a IN nº. 01/2010-SLTI/MPOG.
	RSO5	Deve ser observado o impacto visual dos equipamentos.
	RSA1	A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, e do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

IDENTIFICADOR		REQUISITO
Requisitos de Sustentabilidade	RSA2	A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE
	RSA3	Só será admitida a oferta de equipamentos que cumpram os critérios de segurança, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 4ª Ed. TIC, Pág. 198. compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO <u>ou outras certificações equivalentes.</u>
	RSA4	Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 4ª Ed. TIC, Pág. 199.
Requisitos de Projeto de Implantação	RPI1	Com menor impacto possível sobre a infraestrutura.
	RPI2	Com garantia de no mínimo 60 meses, conforme especificação técnica dos equipamentos constante neste TR.
Requisitos de Experiência e Formação da Equipe	REX1	Não se aplica
Requisitos de Metodologia de Trabalho	RMT1	Para o Fornecimento dos bens e garantia define-se a responsabilidade, onde o CONTRATANTE é responsável pela gestão e fiscalização do contrato e pela atestação da aderência aos padrões de qualidade exigidos, e a CONTRATADA como responsável pelo cumprimento do objeto a entrega e termo de garantia).
	RMT2	Todas as atividades devem estar de acordo com as especificações e melhores práticas dos fabricantes dos equipamentos/software e com as recomendações de organizações padronizadoras do segmento, desde que não entrem em conflito com os padrões, procedimentos e documentação definidos pelo CONTRATANTE.

4.1.10. **Requisitos gerais para os Servidores:**

4.1.10.1. Os servidores a serem adquiridos estão especificados no ANEXO I (Descrição Detalhada dos itens), além dos itens abaixo.

4.1.10.2. Os servidores deverão ser entregues pela CONTRATADA nas localidades listadas no ANEXO II (Locais de entrega/instalação) conforme a ordem de emissão/fornecimento de bens ou contrato, emitidos pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma de entrega anexo.

4.1.10.3. Os endereços dessas localidades são somente referência para o planejamento da contratação e poderão sofrer alterações no decorrer do contrato devido a mudanças normais de localidade tomadas pela direção, não sendo fixos, somente referências para o dimensionamento da proposta.

4.1.10.4. Devem ser fornecidos todos os componentes, cabos de força , conforme o Anexo I, e os cabos de rede com conectores RJ45 crimpado por servidor entregue.

4.1.10.5. Requisitos de compatibilidade com sistemas operacionais.

4.1.10.6. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2019 x64 ou posterior atualizações durante a vigência do contrato, comprovado no Windows Server Catalog da Microsoft.

4.1.10.7. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 6 ou posterior, comprovado no HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat.

4.1.10.8. O modelo do servidor ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para os sistemas de virtualização HYPER V ou posterior, comprovado no Guia de Compatibilidade.

4.1.11. **Requisitos da documentação técnica:**

4.1.11.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

4.1.11.2. A CONTRATADA poderá sugerir alterações nas metodologias de disponibilização de documentação, técnicas e ferramentas. As sugestões serão analisadas e poderão ser homologadas pelo CONTRATANTE e incorporadas ao acervo técnico, sem ônus adicional.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. Os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em Edital, por meios de especificações usuais no mercado.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, além dos especificados abaixo:

6.2. **De acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - 5º edição JUL/2022 disponibilizado no site da AGU (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/servicos-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao>):**

6.3. **No tocante à aquisição de bens de informática e automação:**

6.3.1. Só será admitida a oferta dos bens listados que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO (pág. 294, GNLS, 5ª edição). É lícito à Administração exigir, como critério de aceitação das propostas, que os produtos de informática ofertados pelos licitantes cumpram os requisitos técnicos previstos na Portaria Inmetro 170/2012. Todavia, não pode ser exigida apenas a certificação correspondente, pois constitui modalidade voluntária de certificação, cuja emissão depende de requerimento do fabricante dos produtos, o qual não tem obrigação legal de fazê-lo. Efetivamente, não se trata de uma certificação compulsória (obrigatória), pois não é resultante do exercício do poder de polícia da Autarquia. Logo, é razoável que a Administração exija dos licitantes que os produtos por eles ofertados cumpram os requisitos técnicos previstos na referida norma, mas não podem ser obrigados a apresentar a certificação correspondente. Nesse sentido, serão aceitas também outras certificações (Ex.: IEC62368, CISPPR32, FCC, CB, IEC 61000, etc.).

6.3.2. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifênil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); (pág. 294, GNLS, 5ª edição);

6.3.3. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital

6.3.4. Os equipamentos deverão ser constituídos, no todo ou em parte, preferencialmente por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

6.3.5. Os equipamentos deverão respeitar os mesmos requisitos para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO – como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.4. **No tocante ao lixo tecnológico:**

6.4.1. Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida de produtos eletrônicos, que inclui a disposição final ambientalmente adequada (art. 3º do Decreto nº 10.936, de 2022, c/c art. 3º, IV, da Lei nº 12.305, de 2010);

6.4.2. Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletrônicos deverão estruturar , implementar e operar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, além de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da logística reversa (art. 33, VI, da Lei nº 12.305, de 2010 c/c incisos I e II do artigo 14 do Decreto nº 10.936, de 2022);

6.4.3. No caso de produtos ainda não incluídos no sistema de logística reversa, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm o compromisso de participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município (art. 31, IV, da Lei nº 12.305, de 2010);

6.4.4. A contratada deverá participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, caso tenha firmado acordo ou termo de compromisso com o Município para tanto; (pág. 229, GNLS, 5ª edição);

6.5. **No tocante ao Cadastro Técnico Federal (CTF):**

6.5.1. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

6.5.1.1. **5 - 2 Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática (Apenas para os itens 1, 2, 3 e 5)**

7. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1. O prazo de entrega e instalação previsto na licitação terá prazos variados, conforme a complexidade dos itens e o **cronograma de aquisições anexo, dividido em 4 etapas..** As especificidades, de acordo com o tamanho da localidade, estão previstas na Tabela 7 abaixo.

7.1.1. Para os itens 1, 2 e 3 (Grupo 1 - Storages), será de **até 120 (cento e vinte) dias:**

7.1.1.1. Para o item 4 (Rack), será de **até 60 (sessenta) dias:**

7.1.1.2. Para o item 5 (No-break), a entrega será de **até 60 (sessenta) dias. O item dispensa a instalação.**

7.1.1.3. O prazo iniciar-se-á a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, devendo ser entregues conforme quantitativo específico de cada local, definidos nos Anexos I e II deste TR.

7.1.1.4. Os prazos de entrega e instalação dos itens licitados são independentes entre si. Eventuais

casos de incompatibilidade na instalação serão tratados pontualmente pela equipe de fiscalização do contrato.

7.2. Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso e estar em linha de fabricação/distribuição na data de entrega da solução.

7.3. A entrega deve ser informada com, no mínimo, **5 (cinco) dias** corridos de antecedência, no local indicado, de segunda a sexta-feira, em horário comercial;

7.4. **N o Anexo II do TR (SEI 31922777) consta discriminada a listagem das localidades detalhando onde os equipamentos deverão ser entregues, instalados e acionados em garantia.**

7.5. **Quanto às Bases GISE's, que por motivos de segurança, não podem ter seus endereços publicados, considerar-se-á como local de entrega os endereços das Superintendências, Delegacias ou Bases Operacionais nos respectivos Estados/Cidades em que estão situados. Ressalta-se que essas Unidades Especializadas estão em raio médio de distância mencionado no Anexo II deste Termo de Referência (Quantidade por órgão). Quando for emitida a Ordem de Fornecimento de Bens, a CONTRATADA será informada acerca do local exato da entrega e instalação (se for o caso), sendo esta informação mantida em sigilo e compromissada mediante termo assinado. Já as bases FICCOs estão localizadas nas respectivas Sedes das Superintendências Regionais em todas as Unidades Federativas, incluindo o Distrito Federal. No Item 23, do Anexo II deste Termo de Referência (Quantidade por órgão), constam as quantidades previstas para as FICCOs, sendo para os Itens 1 e 5 (54 unidades), duas para cada Estado da Federação, e para o Item 4 (27 unidades), uma unidade para cada Estado da Federação.**

7.6. Os equipamentos (hardwares) e funcionalidades (softwares) ofertados na composição o dos itens não devem estar listados como “End of Sale” ou “End of Life” por seus respectivos fabricantes até a data da abertura das propostas;

7.7. Para atendimento do Inciso III, Art. 3º do Decreto 7.174/2010, quando da entrega dos equipamentos, o licitante deverá comprovar a origem dos bens importados e apresentar comprovante de quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de suspensão do(s) pagamento(s), rescisão contratual e multa;

7.8. Após a assinatura do contrato, a critério de cada Superintendência ou Base GISE, poderá convocar reunião inicial com a CONTRATADA para alinhamento de expectativas e elaboração do plano de entrega, instalação e configuração dos equipamentos, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do contrato, nos termos do inciso III do Art. 32 da IN 04/2014-SLTI/MPOG. Todas as condições da execução dependerão de aprovação da Contratante. Nesta reunião deverão ser entregues os termos de sigilo e ciência de que trata o inciso V do Art. 19 da IN 04/2014-SLTI/MPOG.

7.9. Ademais, deverá prover o suporte técnico remoto necessário para a instalação e/ou configuração dos equipamentos nas localidades, através de abertura de chamados. Devido aos critérios de segurança a serem observados para acesso às instalações da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE o nome completo e número de documento oficial de identidade com fotografia dos profissionais que realizarão os serviços, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para fins de credenciamento de entrada nos prédios.

7.10. Em atendimento ao inciso I do art. 20 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 4/2014, e suas alterações, o nível de serviço mínimo para entrega e instalação dos Equipamentos será dado pela TABELA 7 abaixo:

Tabela 7 - Nível de serviço mínimo - INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA

LOCALIDADE*	ITENS	PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO (EM DIAS CORRIDOS) DOS EQUIPAMENTOS APÓS EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO (TEI = TEMPO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO / SANÇÃO
Capitais e localidades com mais de 400 mil habitantes	1,2 e 3	$TEI \leq 120$	Aceito
	4 e 5	$TEI \leq 60$	Aceito
	1,2 e 3	$120 < TEI \leq 150$	Glosa de até 5% pro rata
	4 e 5	$60 < TEI \leq 90$	Glosa de até 5% pro rata
	1,2 e 3	$150 < TEI \leq 180$	Glosa de 5% até 10% pro rata
	4 e 5	$90 < TEI \leq 120$	Glosa de 5% até 10% pro rata
	1,2 e 3	$TEI > 180$	Glosa de 15%, sendo considerada inexecução do objeto
	4 e 5	$TEI > 120$	Glosa de 15%, sendo considerada inexecução do objeto
Localidades com até 400 mil habitantes	1,2 e 3	$TEI \leq 120$	Aceito
	4 e 5	$TEI \leq 60$	Aceito
	1,2 e 3	$120 < TEI \leq 150$	Glosa de até 5% pro rata
	4 e 5	$60 < TEI \leq 90$	Glosa de até 5% pro rata
	1,2 e 3	$150 < TEI \leq 180$	Glosa de 5% até 10% pro rata
	4 e 5	$90 < TEI \leq 120$	Glosa de 5% até 10% pro rata
	1,2 e 3	$TEI > 180$	Glosa de 15%, sendo considerada inexecução do objeto
	4 e 5	$TEI > 120$	Glosa de 15%, sendo considerada inexecução do objeto

7.11. Caso fique caracterizado que o atraso na entrega ou instalação foi provocado por evento externo ou alheio à capacidade reativa e proativa da CONTRATADA, os dias atrasados gerados pelos motivos alegados não serão considerados para cálculo do prazo, devendo a contratada requerer formalmente para análise e manifestação acerca de possível novo prazo de entrega.

7.12. O cronograma de instalação deve ser informado pela CONTRATADA no ato do recebimento do EMPENHO ou na ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS. Caso haja descumprimento, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

7.13. **ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.13.1. **Recebimento provisório**

7.13.1.1. O recebimento provisório ocorrerá em até **10 dias corridos** pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.13.1.2. A aceitação provisória será realizada por servidor (es) indicado (s) pela respectiva unidade gestora após a entrega e conferência dos equipamentos no local solicitado.

7.13.2. **Recebimento definitivo**

7.13.2.1. O recebimento definitivo ocorrerá em até **10 dias corridos**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.13.2.2. Após verificada a qualidade, quantidade do material, instalação e funcionamento da solução, a Polícia Federal, através do órgão gerenciador e seus órgãos participantes, emitirá, respectivamente, termos circunstanciados sobre aceitação da solução em questão, o qual caracterizará o aceite definitivo. Após esta data, a empresa emitirá a fatura correspondente para pagamento.

7.13.2.3. O Recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civis, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.13.3. **Repasse de conhecimento**

7.13.3.1. Deverá ser realizado repasse de conhecimento a pelo menos 1(um) integrante de cada Unidade de TI, onde deverá ser repassado as principais rotinas de instalação dos equipamentos assim como as principais rotinas de configurações;

7.13.3.2. O conteúdo abordado durante o repasse de conhecimento deve apresentar, de forma teórica e prática, as características técnicas que envolvem os novos equipamentos adquiridos, demonstrando como configurá-los de acordo com a topologia, as necessidades e as peculiaridades do ambiente operacional do CONTRATANTE;

7.13.3.3. O CONTRATANTE e a CONTRATADA elaborarão um cronograma contendo datas e horários para a realização deste repasse, que deverá ser realizado de segunda a sexta-feira, em horário a ser definido pelo CONTRATANTE.

8. **OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.6. O CONTRATANTE obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências necessárias à execução do objeto e, inclusive, as obrigações gerenciais de sua responsabilidade, descritas no Termo de Referência e em seus respectivos anexos.

- 8.1.7. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para cada UASG participante, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 8.1.8. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 8.1.9. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 8.1.10. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 8.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 8.1.12. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 8.1.13. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 8.1.14. ~~Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;~~
- 8.1.15. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;
- 8.1.16. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.17. Caberá ainda às Unidades de TIC responsáveis pelos equipamentos, como CONTRATANTE:
- 8.1.17.1. Convocar, a critério do CONTRATANTE, os representantes da CONTRATADA para participar, no período compreendido entre a assinatura do contrato e a entrega do objeto, de reunião de planejamento de entrega dos equipamentos, fornecendo previamente a pauta das reuniões.
- 8.1.17.2. Manter histórico do gerenciamento do CONTRATO, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução;
- 8.1.17.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes solicitados pelo preposto da CONTRATADA.
- 8.1.17.4. Efetuar o pagamento devido pela entrega do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do CONTRATO.
- 8.1.17.5. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer intercorrências ou falhas verificadas no cumprimento do CONTRATO.
- 8.1.17.6. Proporcionar livre acesso aos técnicos da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, e incluídos na relação de técnicos autorizados, às suas dependências e equipamentos, quando se fizer premente e necessário, bem como colocar à disposição informações com relação à regulamentação e normas que disciplinam a segurança e o sigilo, respeitadas as disposições legais.
- 8.1.17.7. Especificar e estabelecer normas e diretrizes para execução objeto deste Termo de Referência, bem como definir e homologar as atividades e rotinas estabelecidas.
- 8.1.17.8. Promover, por meio de servidores designados, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, de acordo com os padrões de qualidade definidos pelo CONTRATANTE, podendo recusar qualquer material que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas usuais.
- 8.1.17.9. Notificar, por escrito, a empresa CONTRATADA da aplicação de eventuais sanções contratuais, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.1.17.10. Comunicar à empresa CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto deste Termo de Referência, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas.

8.1.17.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital.

8.1.17.12. Acompanhar e verificar as cobranças discriminadas em faturas emitidas pela empresa CONTRATADA, bem como solicitar esclarecimentos e modificações pertinentes quando os valores cobrados não forem condizentes com os estipulados em contrato;

8.1.17.13. Comunicar imediatamente à CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas na execução do objeto do Termo de Referência, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando em atendimento, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente.

8.1.17.14. Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto desta proposição, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto pactuado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

8.1.17.15. Homologar a entrega dos bens de acordo com os requisitos pré-estabelecidos nas ordens de serviço, atestando as respectivas faturas.

8.1.17.16. Especificar e estabelecer normas e diretrizes para o cumprimento do objeto ora contratado, definindo as prioridades, regras, bem como os prazos e etapas para cumprimento das obrigações.

8.1.17.17. Aplicar as glosas previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou, caso haja justificativas por parte da CONTRATADA para o não cumprimento das obrigações, avaliar e considerar tais justificativas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, **desde que a referida substituição não tenha sido provocada por uso inadequado pela Contratante ou seus prepostos, comprovado através de laudo técnico;**

9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de

Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.3. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 15 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

9.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

9.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

9.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

9.7. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato de garantia, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento dos equipamentos de TIC;

9.8. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

9.9. ~~Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).~~

9.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da execução contratual, sem prévia autorização da contratante;

9.11. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

10. DA SUBCONTRATÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, visto que o objeto desta licitação é essencialmente o fornecimento de bens de TIC. Entretanto, é possível a subcontratação de serviços secundários, tais como: assistência técnica realizada por credenciada do fabricante.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTRALE E FISCALIZAÇÃO DA EXECULÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual consistem na verificação da conformidade dos materiais e equipamentos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do CONTRATANTE, especialmente designados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do CONTRATO.

12.5. O(s) representante(s) do CONTRATANTE deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do CONTRATO. A verificação da adequação ao objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.6. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meios de instrumentos de controle.

12.7. Cada Unidade Gestora será responsável pela gestão do contrato e pelo atesto quanto à aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos e serviços entregues.

12.8. A CONTRATADA será responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos, físicos e tecnológicos inerentes ao escopo da contratação.

12.9. Todos os produtos a serem entregues pela CONTRATADA serão solicitados mediante OFB - Ordem de Fornecimento de Bens.

12.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.11. A realização da gestão e fiscalização contratual será efetuada por equipe formalmente designada para tanto, que será composta por Gestor contratual, Fiscal Requisitante, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo;

12.12. Caberá ao fiscal do contrato, dentre outras responsabilidades constantes no Plano de Fiscalização: participar de reunião de início do contrato; auxiliar o fiscal técnico na confecção dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo; identificar não conformidades na execução do Contrato, consoante Termo de Referência; verificar a manutenção das condições definidas e elaborar pedido de modificação contratual, se for o caso.

12.13. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, dentre outras responsabilidades constantes no Plano de Fiscalização: participar de reunião de início do contrato; avaliar aderência aos termos contratuais, conforme Termo de Referência e Contrato; verificar a manutenção das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias da Contratada; emitir Relatório de Aderência Administrativa e encaminhar ao gestor do contrato.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante
- 13.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. O adjudicatário, no prazo de **até 10 (dez) dias** após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, apenas para os itens 1, 2 e 3 (Grupo 1), que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. Não é necessária a prestação de garantia contratual para os demais itens (4 e 5), visto que se trata do fornecimento de bens sem complexidade técnica e menor valor agregado.

15.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

15.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

15.2.2. seguro-garantia;

15.2.3. fiança bancária.

15.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

15.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

16. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **60 (sessenta meses) meses**, para os itens do grupo I (itens 1,2 e 3) e de **24 (vinte e quatro) meses**, para os itens 4 e 5, pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A exigência da garantia e o prazo se justificam para a manutenção e disponibilidade da solução de TIC da área de Inteligência da PF e por estar definida nas boas práticas de aquisições de TIC.

16.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

16.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

16.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

16.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16.12. A CONTRATADA deverá descrever em sua proposta os termos da garantia técnica

oferecida pelo fabricante, incluindo o part number da garantia ofertada, fornecendo também, em momento oportuno, o número de contrato individual junto ao fabricante;

16.13. Os serviços de reparo dos equipamentos serão executados somente e exclusivamente onde se encontram (ON-SITE);

16.14. A garantia do fabricante deve possuir, no mínimo, as seguintes características, durante todo seu período de vigência:

16.15. Reposição de peça/equipamento defeituoso; o substituto deverá ser novo, de primeiro uso e de modelo igual ou superior ao danificado, e deverá ser enviado pelo fabricante, às suas expensas para o endereço da instalação registrado da CONTRATANTE, passando à propriedade desta e imediatamente sendo incluído no contrato de manutenção vigente em substituição ao equipamento danificado; adicionalmente, o equipamento substituído deverá ser retirado pela CONTRATADA ou enviado ao fabricante, que arcará com as despesas, em até 5 dias úteis;

16.16. No caso de reposição de disco rígido (HD) defeituosos, considerando questões de segurança estratégica de informações, este ficará retido pela CONTRATANTE, ficando a disposição do Contratado para possível aferição no seu local de instalação por técnico especialmente designado e representante do fabricante. no prazo máximo de 60 dias até que o processo de sanitização (limpeza) dos dados internos.

16.17. **Não será aceita garantia para reposição de equipamentos da empresa revendedora.**

16.18. Garantia da atualização do sistema operacional/firmware, provendo o fornecimento de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novas características;

16.19. Acesso ao serviço de assistência técnica do fabricante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana; os chamados deverão ser atendidos por engenheiros certificados e especializados do quadro de funcionários do fabricante, em inglês ou português;

16.20. Acesso seguro 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por parte da CONTRATANTE, utilizando-se de código individual, a ferramentas de autosserviço no sítio do fabricante, que permitam o diagnóstico e sugestões de solução de problemas quando possível;

16.21. Deverá haver prestação de assistência técnica por parte da CONTRATADA, durante a vigência dos contratos, contemplando, no mínimo, o serviço de atendimento telefônico gratuito (0800), com atendimento no idioma português, e suporte remoto via web, ambos em regime de 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia; esse serviço poderá ser usado para abrir solicitações de informações, reportar incidentes ou esclarecer dúvidas quanto à utilização dos produtos e soluções fornecidos;

16.22. O atendimento de chamadas telefônicas por meio de central de atendimento a ser provida pela CONTRATADA deve estar disponível através de serviço de Discagem Direta Gratuita – DDG (0800) para qualquer ligação executada a partir de qualquer um dos sítios da Polícia Federal, localizado em qualquer uma das unidades federativas.

16.23. Os chamados deverão ser registrados e deverão estar disponíveis para acompanhamento pela(s) equipe(s) da CONTRATANTE, e deverão conter data e hora da chamada, descrição do problema ocorrido, descrição da resolução e data e hora de conclusão.

16.24. A TABELA abaixo apresenta a relação entre o tempo para resolução dos chamados e as respectivas sanções administrativas aplicáveis.

LOCALIDADE* ONDE O EQUIPAMENTO ESTÁ LOCALIZADO	TIPO DE CHAMADO	TEMPO (DIAS ÚTEIS) PARA SOLUÇÃO (TS) DOS CHAMADOS PARA OS STORAGES (GRUPO 1)	CLASSIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO / SANÇÃO

LOCALIDADE* ONDE O EQUIPAMENTO ESTÁ LOCALIZADO	TIPO DE CHAMADO	TEMPO (DIAS ÚTEIS) PARA SOLUÇÃO (TS) DOS CHAMADOS PARA OS STORAGES (GRUPO 1)	CLASSIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO / SANÇÃO
Capitais e localidades com mais de 400 mil habitantes (*)	Solicitações e chamados que não envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	$TS \leq 4$	Aceito
		$4 < TS \leq 7$	Multa de 3% do valor do equipamento por chamado atendido neste prazo
		$7 < TS \leq 15$	Multa de 6% do valor do equipamento por chamado atendido neste prazo
		$TS > 15$	Multa de 15% do valor do equipamento
	Solicitações e chamados que envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	$TS \leq 2$	Aceito
		$2 < TS \leq 4$	Multa de 3% do valor do equipamento por chamado atendido neste prazo
		$4 < TS \leq 7$	Multa de 7% do valor do equipamento por chamado atendido neste prazo
		$TS > 7$	Multa de 5% por dia de atraso até a entrega da solução e até o limite de 40%
		$TS \leq 5$	Aceito
		$5 < TS \leq 12$	Multa de 3% do valor do equipamento por chamado atendido neste prazo

LOCALIDADE* ONDE O EQUIPAMENTO ESTÁ LOCALIZADO	Solicitações e chamados que não envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços DE CHAMADO	TEMPO (DIAS ÚTEIS) PARA SOLUÇÃO (TS) DOS CHAMADOS PARA OS STORAGES (GRUPO 1)	CLASSIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO / SANÇÃO
Localidades com até 400 mil habitantes (*)		$12 < TS \leq 18$	Multa de 6% do valor do equipamento por chamado atendido neste prazo
		$TS > 18$	Multa de 15% do valor do equipamento
	Solicitações e chamados que envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	$TS \leq 3$	Aceito
		$3 < TS \leq 7$	Multa de 3% do valor do equipamento por chamado atendido neste prazo
		$7 < TS \leq 12$	Multa de 7% do valor do equipamento por chamado atendido neste prazo
		$TS > 12$	Multa de 5% por dia de atraso até a entrega da solução e até o limite de 40%

* Segundo dados do IBGE

16.25. *Por solução dos chamados entende-se a aplicação de procedimento técnico onde a falha evidenciada se mostra normalizada (ambiente operacional e sem prejuízo para os serviços prestados) até que se forneça uma solução definitiva. Caso fique caracterizado que o atraso na solução do chamado foi provocado por evento externo ou alheio à capacidade reativa e proativa da CONTRATADA, as horas atrasadas geradas pelos motivos alegados não serão consideradas para cálculo do prazo. Casos de localidades de difícil acesso poderão ser analisados de forma isolada junto à CONTRATADA e com o aval da CONTRATANTE quanto ao prazo limite. Esses casos não devem ultrapassar a 10% do quantitativo de localidades atendidas.*

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii. **Multa:**
 1. **0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento)** por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
 2. **0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento)** sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
 3. **0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento)** sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
 4. **0,1% a 2% por dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 10% do valor total do contrato**, conforme detalhamento constante das tabelas 7 e 8, abaixo:
 5. **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.
- iii. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)**

dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

TABELA 7	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 8		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos bens	4
3	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
4	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3

TABELA 8

5	Deixar de Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	1
---	---	---

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

18.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.3.2.1. **Para os itens 1, 2, 3 (Grupo 1 - Servidor de *Storage*), serão aceitos atestados referentes ao fornecimento de equipamentos do tipo servidor para instalação em rack, em quantidade mínima de 10% (dez por cento) da quantidade total do grupo, podendo somar diferentes atestados de capacidade técnica, de equipamentos de mesma natureza. Deve constar dos atestados o cumprimento do prazo contratado relativo ao respectivo fornecimento.**

18.3.3.2. **Para os itens 1, 2 e 3, em relação ao quantitativo mínimo exigido na soma dos atestados descritos no item anterior, será contabilizado como 01 (um) servidor cada unidade de equipamento físico capaz de executar diretamente sobre o hardware uma instância de sistema operacional (“bare-metal server”), não sendo considerados para o cálculo a possibilidade de execução de múltiplos “servidores virtuais” sobre o mesmo hardware por meio de técnicas de virtualização. Em caso de servidores de alta densidade, como os especificados, será contabilizado como 01 (um) servidor cada nó constituído de equipamento físico capaz de executar diretamente sobre o hardware uma instância de sistema operacional (“bare-metal server”). Por exemplo, um servidor de alta densidade com 4 (quatro) nós, cada nó com dois processadores do tipo Intel Xeon ou equivalente e no mínimo 64 GB de memória RAM, será contabilizado como 4 (quatro) servidores.**

18.3.4.3. **Para os demais itens (4 e 5) serão aceitos atestados que comprovem a entrega de equipamentos similares em termo de qualidade e quantidade, não havendo a necessidade de quantitativo mínimo. A exigência de quantitativo mínimo é cabível apenas para os itens de maior relevância da Solução (os Storages).**

18.3.5.4. Poderão ser apresentados mais de um atestado para fins de comprovação da qualificação técnica.

18.3.5.5. No(s) atestado(s) devem estar explícitos: a empresa ou órgão que está fornecendo o atestado, o responsável pelo setor encarregado do objeto em questão, com assinatura, identificação e telefone do emitente e os equipamentos administrados com suas respectivas descrições (versão, capacidade etc.), os contatos para realização de diligência (caso seja solicitada durante o certame).

18.3.5.6. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

18.3.5.7. Os atestados deverão ser válidos e conter a descrição pormenorizada dos equipamentos, softwares e demais componentes utilizados, bem como informações sobre o número do contrato vinculado, sua vigência e a data de início. O(s) atestado(s) deverá(ão) contemplar, as seguintes informações:

18.3.5.8. Nome do cliente; Endereço completo do cliente; Identificação do contrato ~~(cópia do contrato)~~; Descrição dos equipamentos e serviços prestados; Identificação dos profissionais que prestaram o serviço; Vigência do contrato; Assinatura e identificação do signatário contendo: Nome, cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o referido atestado; Telefone, fax ou e-mail de contato; Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de prazos, além de qualidade dos serviços prestados.

18.3.5.9. Para efeito da comprovação de qualificação técnica, poderão ser exigidos documentos complementares.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.4.1. O valor unitário máximo admissível para cada um dos itens está estabelecido na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global (para o Grupo 1) e o menor preço do item (para os itens 4 e 5).

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

19.1. O custo estimado da contratação é aquele estabelecido na tabela 1 deste Termo de Referência.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

20.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Recife-PE, 18 de outubro de 2023.

FERNANDO ANTONIO MACIEL RAMOS
Perito Criminal Federal
Matrícula 7004

CIRO CORRÊA VIEIRA DE MELO
Escrivão de Polícia Federal
Integrante Técnico

ELCIO INÁCIO DA SILVA
Agente de Telecomunicações e Eletricidade
Integrante Técnico

MILTON LANÇA MACEDO
Agente de Polícia Federal
Integrante Técnico

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019 e suas atualizações.

ANTÔNIO DE PADUA VIEIRA CAVALCANTI
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional em Pernambuco



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO MACIEL RAMOS, Chefe de Núcleo**, em 18/10/2023, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CIRO CORREA VIEIRA DE MELO, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 18/10/2023, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELCIO INACIO DA SILVA, Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 18/10/2023, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MILTON LANÇA MACEDO, Agente de Polícia Federal**, em 18/10/2023, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE PADUA VIEIRA CAVALCANTI, Superintendente Regional**, em 18/10/2023, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31921613&crc=18E1B34E.
Código verificador: **31921613** e Código CRC: **18E1B34E**.